

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

CPMI de 8 de janeiro – 20 e 22/06 – 9h – Plenário 02

A CPMI inicia a primeira fase de depoimentos nesta semana. O primeiro a ser ouvido, na terça-feira (20), será o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques. Ainda na terça-feira serão votados 21 requerimentos de convocação.

Também estão na pauta requerimentos para a requisição ao STF de todos os documentos, processos e inquéritos decorrentes das investigações dos atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023. Outro requerimento pede que o Ministério Público Federal compartilhe informações referentes aos processos, inquéritos e investigações que tramitam no STF e nas instâncias inferiores, seja para apurar responsabilidades civis, seja criminais.

Na quinta-feira (22), a sessão será para inquirir duas testemunhas relacionadas ao atentado a bomba próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, em 24 de dezembro de 2022. Além de George Washington de Oliveira Sousa, que foi condenado por participar do atentado, será ouvido o perito responsável pela elaboração do laudo da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Valdir Pires Dantas Filho.

Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL

Plenário – 20 a 22/06

Consta na pauta de terça-feira (20) a MP 1135/2023, que cria a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde no âmbito do programa Mais Médicos. Outro item da pauta é o PLP 41/2019, que define mecanismos de avaliação e revisão dos incentivos fiscais concedidos a pessoas jurídicas pela União e que resultem em diminuição da receita ou aumento de despesas.

Na sessão prevista para quarta-feira (21), está prevista a deliberação de autoridades sabatinadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ainda nesta sessão, é prevista a deliberação do PLP 93/2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico (arcabouço fiscal).

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: A indicação do advogado Cristiano Zanin foi aprovada no Plenário do Senado para ocupar vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF), por 58 a 18 votos, nesta quarta-feira (21), após cerca de oito horas de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ). A indicação de Cristiano Zanin ao STF foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em mensagem enviada ao Senado. A posse do futuro ministro ainda não foi marcada.

O Plenário do Senado aprovou o novo marco fiscal (PLP 93/2023) que condiciona o aumento de gastos ao crescimento da arrecadação e define um piso de investimentos. O relator, Omar Aziz (PSD-AM), retirou do projeto as despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com o Fundo Constitucional do Distrito Federal, com e com as áreas de ciência, tecnologia e inovação.

No Plenário, por sugestão do líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (AP), os senadores aprovaram autorização para a equipe econômica enviar projeto de crédito suplementar e evitar cortes no Orçamento. A proposta também prevê zerar o déficit no ano que vem e ter superávit nos anos seguintes. Para acessar as alterações aprovadas no Senado, [clique aqui](#).

CPI das ONGs – 20/06

Resultado: CPI das ONGs aprovou nesta terça-feira (20) o plano de trabalho apresentado pelo relator, senador Márcio Bittar (União-AC). O foco estará na investigação de repasses de verbas públicas e privadas, inclusive recebidas de organizações estrangeiras, a ONGs que atuam na Amazônia.

foram também aprovados requerimentos de acesso a informações do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Itamaraty, do BNDES, da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Receita Federal. Para assistir a reunião, [clique aqui](#).

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 21/06 - 10h - Plenário 03

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realizará a sabatina do advogado Cristiano Zanin, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) para esta quarta-feira (21), às 10h.

Resultado: A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sabatinou por oito horas e aprovou nesta quarta-feira (21) o advogado Cristiano Zanin Martins, indicado pelo presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal (MSF 34/2023). Ele recebeu 21 votos favoráveis e 5 contrários na CCJ

A indicação também foi aprovada em Plenário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 20 a 22/06

Pauta do Plenário não divulgada.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (20) o PL 2402/2023, da Procuradoria-Geral da República, que transforma cargos efetivos em cargos em comissão e funções de confiança. A proposta será enviada ao Senado.

O projeto autoriza o órgão a converter 360 cargos de analista e 200 cargos de técnico do Ministério Público da União (MPU) em 1.200 cargos em comissão e funções de confiança para alocação no Ministério Público Federal (MPF) e no Ministério Público do Trabalho (MPT). A transformação será sem aumento de despesas, envolvendo um custo anual de R\$ 99,8 milhões.

Comissão de Meio Ambiente (CMA) - 22/06 - 10h - Plenário 02

Audiência pública sobre proteção permanente dos rios. Entre os convidados, destacam-se:

- Juliano Baiocchi, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF
- Edel de Moraes, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA
- Eunice Kerexu, Secretária Nacional dos Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas

Resultado: Várias entidades socioambientais iniciaram a articulação de um projeto de lei para ampliar a proteção dos rios brasileiros, durante seminário da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (22). O evento também contou com representantes do governo federal, do Ministério Público e dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Para assistir, [clique aqui](#).